

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 3 Setembro - Dezembro 2022

ARTIGO

CEMITÉRIOS DOS DESVALIDOS DO RIO DE JANEIRO ANTIGO

Ana Luíza Berredo*, Madu Gaspar**, Claudia Rodrigues-Carvalho***

RESUMO

O artigo apresenta os espaços cemiteriais distribuídos pelas ruas do centro do Rio de Janeiro e que eram destinados aos desvalidos: grupo de pessoas que não tinham condições financeiras para pagar os dispendiosos enterros no interior das igrejas, entre os séculos XVII a XIX. Em virtude disso, seus corpos eram depositados em espaços públicos, como largos, campos e rocios, que eram administrados pela Irmandade da Misericórdia. A partir da documentação histórica, foi possível fazer um levantamento bibliográfico que constatou a existência de sete cemitérios, sendo que foram feitas intervenções arqueológicas em quatro deles, revelando como eram tratados os cadáveres e como eram restritos os espaços destinados ao depósito dos corpos dos desvalidos.

Palavras-chave: cemitérios; desvalidos; arqueologia histórica.

* Doutoranda em Arqueologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGARq-Museu Nacional/UFRJ). E-mail: analuzaberredo@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6924-747X>.

** Docente Colaboradora Voluntária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGARq-Museu Nacional/UFRJ). E-mail: madugasparmd@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5483-4495>.

*** Docente na pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGARq-Museu Nacional/UFRJ). E-mail: claudia@mn.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9491-0659>.

CEMETERIES OF THE UNDERPRIVILEGED OF THE ANCIENT RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The article shows the cemeteries distributed throughout the streets of the city center of Rio de Janeiro and that were destined to the underprivileged people: group who did not have the financial means to pay for expensive church funerals during the 17th to 19th centuries. As a result, their bodies were deposited in public spaces such as squares, fields, or swiddens, which were administered by the Misericórdia Sisterhood. According to the historical documentation, conducting a bibliographic survey that verified the existence of seven cemeteries was possible, leading to archaeological interventions in four of them, which revealed how the corpses were treated and how restricted was the size of the spaces destined to depositing the underprivileged's bodies.

Keywords: cemetery; underprivileged; historical archeology.

CEMENTERIOS DE LOS DESFAVORECIDOS DEL RÍO DE JANEIRO ANTIGUO

RESUMEN

Este artículo presenta los espacios del cementerio distribuidos por las calles del centro de Río de Janeiro, que estaban destinados a los desfavorecidos, un grupo de personas que no contaban con los medios económicos necesarios para pagar los costosos entierros dentro de las iglesias entre los siglos XVII y XIX. Como resultado, sus cuerpos quedaron depositados en espacios públicos, como largos, campos y rocíos, que eran administrados por la Irmandade da Misericórdia. Se realizó un levantamiento bibliográfico a partir de la documentación histórica y se encontró la existencia de siete cementerios, cuatro de ellos pasaron por intervenciones arqueológicas, que revelaron el trato a los cadáveres y también el tamaño restringido de los espacios destinados al depósito de los cuerpos de los desfavorecidos.

Palabras clave: cementerios; desfavorecidos; arqueología histórica

INTRODUÇÃO

Os desvalidos compreendem os indivíduos que também podem ser chamados de miseráveis, abandonados, desamparados e desprotegidos. Configuram-se como aqueles que não são prestigiados pelas histórias tradicionais em vida e que, na hora da morte, foram destinados aos largos, campos, rocios e praças da cidade do Rio de Janeiro.

O termo “desvalido” foi utilizado como sinônimo de pobre, também entendido por Lapa (2008) como inválido, doente, ancião, mendigo, nativo, imigrante e escravizado forro. O autor chama a atenção para o fato que, no século XIX, o pauperismo se diluiu na camada dos escravizados, inserido no sistema escravocrata vigente durante 300 anos. Cabe destacar que Lapa (2008) alerta para o cuidado ao vincular pobreza com a escravidão, uma vez que, mesmo diante do sistema exploratório, os escravizados eram propriedade de um senhor, responsável por pagar suas despesas até na hora da morte, mesmo que muitas vezes não o fizessem e abandonassem seus corpos nas ruas.

A investigação sobre os cemitérios se iniciou a partir da intervenção arqueológica empreendida no Largo de Santa Rita, no centro do Rio de Janeiro, onde foi encontrado o antigo cemitério de escravizados, datado de 1722. A descoberta de ossos humanos *in situ*, em camada arqueológica do antigo cemitério (ANDRADE *et al.*, 2019; GASPAR *et al.*, 2020), motivou a decisão de se realizar a sua delimitação, bem como a busca por outros possíveis locais destinados ao sepultamento de escravizados e desvalidos. Tendo como base as pesquisas arqueológicas anteriores, feitas no Cemitério dos Pretos Novos (MACHADO, 2006; TAVARES, 2012, 2018), na Praça XV de novembro (CARVALHO, 2001; GASPAR *et al.*, 2017) e na Santa Casa de Misericórdia (LIMA, 2010; ANDRADE LIMA *et al.*, 2020), que identificaram cemitérios fora das igrejas, a busca pelos cemitérios dos desvalidos no centro do Rio Antigo objetiva investigar, no decorrer de três séculos (XVII a XIX), onde estavam esses espaços que receberam os corpos da população pobre e miserável.

As metodologias de pesquisa adotadas visaram confrontar as diferentes documentações históricas e arqueológicas para a criação de uma narrativa (DEAGAN, 1988; BEAUDRY, 1988). Apesar dos desafios enfrentados na arqueologia urbana – como as perturbações encontradas no solo e que o deixam intensamente alterado –, foi possível visualizar e recuperar informações importantes sobre esses lugares.

CEMITÉRIOS E AS IRMANDADES RELIGIOSAS NO RIO DE JANEIRO (SÉC. XVIII AO XIX)

As práticas de sepultamento eclesiástico foram trazidas para terras brasileiras pelos portugueses, sendo adotadas pela maioria da população até meados do século XIX. Estiveram vinculadas à prática cristã e ocidental, cuja base era a proximidade existente entre os vivos e seus mortos, expressa na inumação no espaço das igrejas (RODRIGUES, 1997).

A influência da Igreja Católica, em parceria com a Coroa Portuguesa, permitiu que os espaços de enterramento tivessem destaque nas cidades coloniais. Os solos das igrejas foram gradativamente preenchidos pelos mortos, sendo considerados os cemitérios dos séculos XVII a XIX, que estavam atrelados ao “morrer cristão” e sob total responsabilidade da Igreja.

Partindo da perspectiva de Tania Lima (1994, p. 87), os cemitérios são entendidos como um lugar de reprodução simbólica do universo social e, nessa condição, como um campo privilegiado para a análise do dinamismo social de um grupo. Os cemitérios vistos enquanto sítios arqueológicos constituem um domínio excepcional para observação e análise, a partir da cultura material, de fenômenos da dinâmica cultural e mudança social. Dessa forma, a organização e repartição do espaço correspondem aos fundamentos para melhor observar, controlar e dominar.

Os cemitérios surgiram no Rio de Janeiro, vinculados à Igreja, que visava controlar a vida e a morte da sociedade carioca. Apesar disso, por estar longe de sua sede, em Roma, a Igreja não tinha como fiscalizar todos os processos que ocorriam na colônia brasileira, sendo necessária a criação das Irmandades como uma forma de organizar e fiscalizar o modo como a fé católica estava sendo vivenciada (REIS, 1991).

De acordo com Claudia Mortari (2000), as Irmandades foram organizações que surgiram na Europa durante a Idade Média em torno da devoção a um santo, agregando, em sua grande maioria, membros leigos. Seu objetivo era realizar atividades assistenciais aos pobres e doentes, sendo geralmente apoiados pela Igreja e pelos monarcas.

A Igreja Católica criou as Irmandades como uma forma de distribuição de poder entre as igrejas. Assim, o modo como se deu essa relação foi sintetizada por Fridman *et al.* (2013), onde os autores destacam que o estudo das Irmandades é fundamental para entender a forma de dominação e controle social empregado pela Igreja Católica nesse período.

Dentre as Irmandades mais poderosas da cidade do Rio de Janeiro está a Irmandade da Misericórdia, responsável por todos os enterramentos ocorridos na cidade. Vivaldo Coaracy (1965), em *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, ressalta que, mesmo que um enterramento ocorresse sob a coordenação de outra Irmandade, era necessária que esta pagasse uma quantia de um cruzado à Misericórdia, pois esta possuía os interesses filantrópicos que, em parceria com o Estado, atuava como agente intercessor, assumindo, muitas vezes, o amparo à pobreza (LAPA, 2008).

CEMITÉRIOS DOS DESVALIDOS

As práticas funerárias dos enterramentos dos desvalidos constam nas descrições fornecidas por alguns viajantes que presenciaram esses momentos, como é o caso de John Luccock (1975), viajante inglês que esteve no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1818:

Abre-se transversalmente, ali, uma longa cova, com seis pés¹ de largo e quatro ou cinco de fundo; os corpos são nela atirados sem cerimônia de espécie alguma, de atravessado e em pilhas, uns por cima dos outros, de maneira que a cabeça de um repousa sobre os pés do outro que lhe fica imediatamente por baixo e assim vai trabalhando o preto sacristão, que não pensa nem sente até encher a cova, quase por inteiro; em seguida, põe terra até para cima do nível (LUCCOCK, 1975, p. 39).

As Irmandades eram as principais responsáveis por dar guarida aos corpos dos mais humildes, porém Malheiros (1886) afirma que era muito comum que os senhores de escravizados mandassem atirar os cadáveres destes pelas estradas, pelos matos ou à beira-mar nus ou envoltos em esteiras. Com o aumento da população e, sobretudo, com a intensificação do tráfico de escravizados, a situação se agravaria. Em 1693 uma terrível epidemia de bexigas tornaria a situação sanitária da cidade calamitosa, sendo as maiores vítimas os escravizados e desvalidos (REIS, 1991).

Os locais de depósitos dos cadáveres eram muitas vezes os largos da cidade, como aponta Fazenda (1921, p. 363): “quase todas as praças do centro da cidade foram transformadas em cemitérios”. No Largo de Santa Rita, o cemitério era identificado por

¹ 1 pé = 0,3048 m. Seis pés por quatro ou cinco de fundo são equivalentes a covas de 1,80 m de comprimento por 1,20 a 1,50 m de profundidade.

um cruzeiro de pedra. No Largo do Capim, há menções ao Cemitério dos Mulatos, e no Largo de São Domingos, o Cemitério de São Domingos. A mesma ordenação espacial é visualizada na Praça XV, onde, na calçada junto à catedral, os Carmelitas tiveram o seu cemitério em 1693, onde sepultaram os cadáveres vítimas da epidemia de varíola.

O aprofundamento das pesquisas resultou na identificação de sete lugares considerados como locais que receberam os corpos dos desvalidos no centro da cidade do Rio de Janeiro, sendo a seguir apresentados cronologicamente.

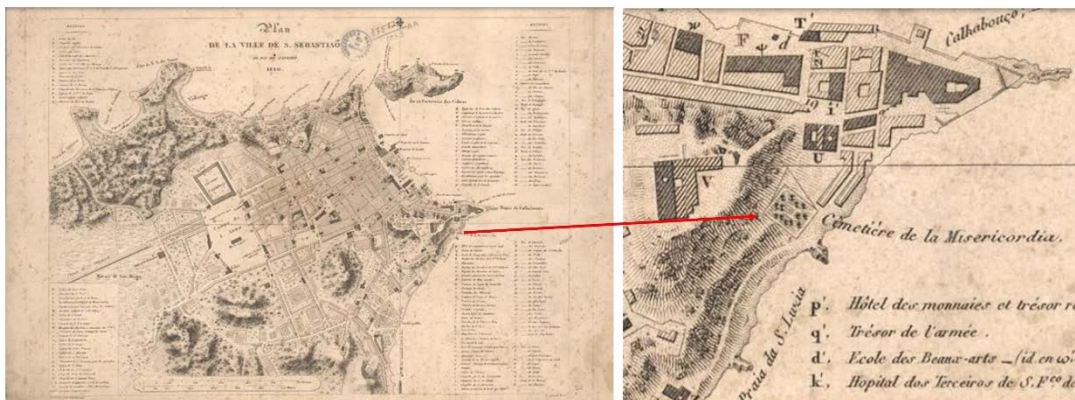
CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Desde a fundação da Santa Casa de Misericórdia, em 1582, o espaço continha a Igreja e a Irmandade da Misericórdia – primeira e mais poderosa dentro da Igreja Católica instalada no Brasil colônia (PEREIRA, 2007). Em seu complexo havia o Hospital da Santa Casa, responsável por dar assistência aos pobres, colonos, estrangeiros e escravizados que buscavam apoio físico e espiritual. De acordo com Cavalcanti (2004), o amparo da Irmandade da Misericórdia se dava até mesmo para os condenados à morte por enforcamento, pois cabia a essa Irmandade acompanhar o condenado durante o ritual do cortejo até o local da forca.

Ao lado do hospital, em terreno anexo, foi estabelecido um cemitério para os doentes graves: “O hospital é vasto, com enfermarias de homens e mulheres, no fim do qual está o cemitério, fechado com um muro, que corre ao longo do caminho superior à praia de Santa Luzia” (SANTOS, 2013, p. 46) (Mapa 1).

Mapa 1. Mapa do século XIX indicando o Cemitério da Misericórdia próximo à praia de Santa Luzia.

Fonte: *Plan de la ville de S. Sebastião de Rio de Janeiro* (1820). Biblioteca Nacional.



Robert Walsh (1985) descreve as práticas funerárias despendidas no cemitério da Santa Casa do Rio de Janeiro:

No fim do corredor há um grande cemitério, o refúgio geral dos pobres, qualquer que seja o lugar onde tenham morrido. O enterro é muito simples; faz-se uma cova profunda onde os corpos são colocados. Antes de serem enterrados aí, são depositados sobre um estrado numa casinha que fica no meio do cemitério, até que haja um número suficiente de corpos. Então é realizada a cerimônia fúnebre para todos eles, que são colocados na cova sem os caixões. Algumas vezes nus, mas normalmente envoltos em uma lona. São colocados de lado, geralmente com a cabeça virada para os pés do outro (WALSH, 1985, p. 170).

A Irmandade da Misericórdia não só se preocupava com o enterro dos membros da sua Irmandade e familiares, mas determinava que esta era uma das principais obras constantes em seu Compromisso², sendo a única que tinha o monopólio dos serviços funerários em Portugal e em suas colônias, o que lhe garantia sua maior fonte de renda.

Além disso, Vivaldo Coaracy destaca que quem desobedecesse ao privilégio da Misericórdia poderia ser excomungado e ainda pagaria uma multa. Isto não garantiu, porém, a ausência de acirrados conflitos na disputa pelo “monopólio da morte” entre a Misericórdia e outras Irmandades que, de qualquer maneira, receberam autorização da Misericórdia para realizar rituais fúnebres por preços mais baixos. As outras Irmandades que conseguiam obter autorização para enterrar seus mortos geralmente eram constituídas por negros e mulatos, a maioria escravizados (COARACY, 1965, p. 297).

Tratando-se do cemitério e dos corpos sepultados nele, pode-se verificar a pesquisa desenvolvida por Lima *et al.* (2020, p. 37) no monitoramento arqueológico feito no entorno do antigo Morro do Castelo, que revelou materiais resultantes do desmonte do morro, incluindo informações relativas ao cemitério associado à Santa Casa de Misericórdia. De acordo com Lima *et al.* (2020, p. 40), foi possível verificar, além dos materiais de uso cotidiano e doméstico dos séculos XVII e XVIII, ossos humanos atribuídos ao Cemitério da Misericórdia, onde eram enterrados os desvalidos. Essa prática foi realizada até meados do século XIX, quando, em 1838, foi feita uma grande reforma no sopé do Morro do Castelo para a construção do novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia, o que motivou a remoção do seu antigo cemitério para a Ponta do Caju.

LARGO DO CAPIM

O Largo do Capim³, enquanto local de sepultamento, possui informações esparsas, sendo alvo de narrativas contraditórias. Para contribuir com essa discussão, foram escolhidos três autores que relataram a existência do Largo: Santos (2013), Fazenda (1921) e Vivaldo Coaracy (1965).

Para Santos (2013, p. 158), não haveria nenhum cemitério no local indicado como Largo do Capim, sendo este confundido com o Largo de São Domingos, onde estava o “Cemitério dos Mulatos”.

Para Fazenda (1921, p. 372): “O Cemitério dos Mulatos está fora da vala (para além da atual Rua Uruguaiana), no local da Forca, compreendido entre a praça General Osório e ruas adjacentes”, onde ficava o Largo do Capim.

Para Vivaldo Coaracy (1965), o cemitério dos mulatos estava no Largo do Capim, que recebeu esta função devido à desorganização com que se davam os enterramentos dos escravizados, motivando as autoridades locais a determinarem um espaço exclusivo para o enterramento: “Assim nasceu o chamado Cemitério dos Mulatos no Campo da Cidade, no sítio que constituiu mais tarde o Largo do Capim” (COARACY, 1965, p. 296). As anotações de Coaracy sugerem que em um primeiro momento, a partir de 1613, o Cemitério dos Mulatos era administrado pela Irmandade da Misericórdia, que era a responsável pelos sepultamentos dos desvalidos neste local.

Para dirimir dúvidas em relação à localização dos dois Largos, cabe apresentar a descrição feita pelo Almanak Laemmert (1891 a 1940, p. 96): “A praça General Osório ficava

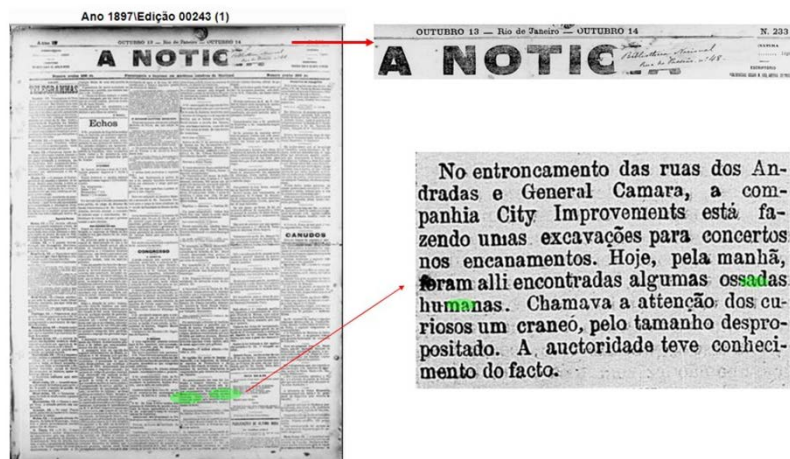
² Documento com função regulatória que continham os direitos e deveres dos membros das irmandades. Também recebeu a nomenclatura de Regimento Interno ou Estatuto (COSTA, 2016, p. 102)

³ Também conhecido como Praça General Osório.

Nesse sentido, é possível que o Largo do Capim tenha abrigado ossos humanos durante o tempo em que o corpo do enforcado passava pelo processo de decomposição. Não era um cemitério oficialmente, mas certamente serviu como morada final para muitos desvalidos. Dessa maneira, não é incomum a existência de relatos dando conta da descoberta de ossos humanos no local, como revela a matéria do jornal *A Notícia* (RJ) (1897), edição 0243, que relata a existência de ossos humanos encontrados durante a manutenção do encanamento da cidade (Figura 1).

Figura 1. Relato de ossadas humanas encontradas no entrocamento entre as ruas dos Andradas e General Câmara.

Fonte: *A Notícia* (RJ), n. 243(1), 1897.



Cabe destacar que com o advento da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, o Largo do Capim desapareceu para dar lugar a uma das vias mais importantes da metrópole carioca: a Avenida Presidente Vargas.

LARGO DA CARIOCA

O Largo da Carioca está localizado próximo do Morro de Santo Antônio, onde estão o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Em 1735, o Convento de Santo Antônio solicitou terras para realização dos enterramentos dos escravizados da Irmandade, que perdurou durante todo o século XVIII. A demarcação do cemitério por parte das autoridades começou a partir da Fonte da Carioca, onde foram medidas 18 braças da base do morro até a Rua da Vala e dela até a Rua do Piolho foram também medidas 27,5 braças de testada: “E todo este sítio (reza o auto) é pertencente ao convento de Santo Antônio para enterrar os escravos dos moradores desta cidade” (FAZENDA, 1921, p. 372).

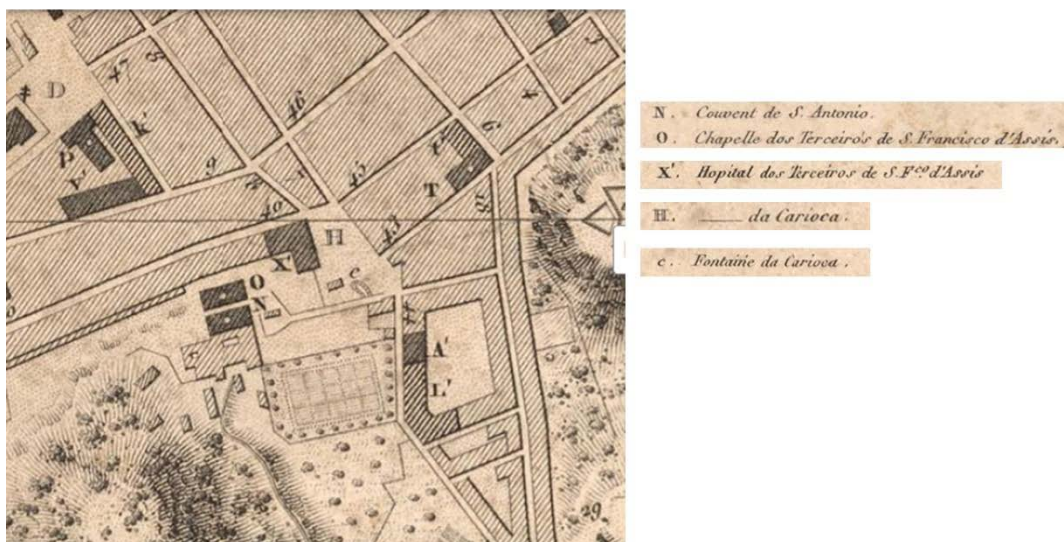
A Irmandade dos Franciscanos se encarregou durante algum tempo de dar sepultura decente aos negros que morressem na cidade enterrando-os junto dos seus próprios escravos na base do Morro de Santo Antônio. Para isso, a Câmara lhes deu mais algumas braças de terra para ampliar o cemitério dos seus negros. Já foi atrás registrado que esta é a razão pela qual são descobertas ossadas humanas sempre que se fazem escavações no Largo da Carioca (COARACY, 1965, p. 296)

Cabe destacar que, além do cemitério para os escravizados, o Largo da Carioca também abrigou um outro cemitério no século XVIII:

Em 1763 iniciou-se a construção do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, situado na parte de baixo do Morro, dando fundos para o mosteiro, de frente para o Largo da Carioca. Ao seu lado entre ele e o chafariz, ficava uma casa de duchas, e mais o necrotério do hospital e quase pegado a este o Chope dos Mortos ou o Bar do Necrotério, porque nele os boêmios bebiam e riam à vista dos enterros que passavam e escutando bem perto o gemer dos enfermos (GERSON, 2015, p. 129) (Mapa 3).

Mapa 3. Recorte do Mapa *Plan de la ville de S. Sebastião de Rio de Janeiro* de 1820, mostrando parte do Morro de Santo Antônio, onde podemos observar o Convento (N), Igreja de São Francisco (O), Hospital de São Francisco (X), Largo da Carioca (H) e Fonte da Carioca (c).

Fonte: *Plan de la ville de S. Sebastião de Rio de Janeiro* de 1820. Biblioteca Nacional.



O Hospital ficou ativo até 1906, quando o prefeito da cidade do Rio de Janeiro – Pereira Passos – começou a fazer as intervenções urbanas, influenciado pelas medidas sanitárias que começaram a vigorar no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Gerson (2015), nesta data o Largo foi ampliado com a demolição do Hospital, surgindo em seu lugar o edifício que o Jornal Correio da Manhã ocupou.

A observação de Brasil Gerson nos traz a informação de que o Largo da Carioca abrigou dois cemitérios em diferentes épocas, marcado na paisagem da cidade do Rio por ser local de descanso de muitos desvalidos.

LARGO DO CARMO (PRAÇA XV)

O Largo do Carmo, ou Largo do Paço e atual Praça XV de Novembro, era conhecido por seus ares cosmopolitas e por ser detentor de vários logradouros à sua volta, todos ligados à orla portuária. Nessa região se concentravam as repartições da Monarquia e da Igreja, como os Conventos do Carmo e dos Jesuítas (até sua expulsão em 1759), o Mosteiro de São Bento, além das importantes igrejas do Carmo e a de sua ordem terceira, da Santa Cruz dos Militares, da Candelária e São José.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo abrigava a Irmandade do Carmo e foi autorizada pela Irmandade da Misericórdia a realizar o sepultamento dos desvalidos no Largo. O governador Antônio Paes de Sande se mostrou preocupado com questões sociais e, no ano de 1693, expôs ao rei de Portugal, Pedro II, o estado da cidade: pedia um engenheiro para realizar obras urgentes que minimizassem a sua precária defesa, informando sobre a epidemia de bexigas que ceifava os pobres e escravizados, manifestando indignação pela forma como esses eram sepultados e pedia providências. Na urgência, ele apela e recebe apoio da Misericórdia, dos jesuítas e, em especial, dos frades carmelitas (GASPAR *et al.*, 2017).

Dessa forma, o Largo do Carmo foi o espaço destinado ao antigo cemitério, localizado em toda a testada do velho Convento dos Carmelitas, onde a Irmandade ganhou autorização para que fossem sepultados os desvalidos – que incluíam africanos escravizados, europeus cristãos pobres, brasileiros pobres, indígenas e vítimas de epidemias como a malária, cólera, varíola e febre amarela (FAZENDA, 1921).

A Irmandade do Carmo primeiro concedeu parte dos seus terrenos para auxiliar os sepultamentos da Misericórdia a partir da doação de terras aos irmãos carmelitas em 1642, fato que permitiu que houvesse a criação do Cemitério dos Carmelitas, que deve ter sido instalado ou ampliado a partir das epidemias de cólera e varíola ocorridas entre 1692 e 1694 (GASPAR *et al.*, 2017).

Os documentos dos séculos XVI e XVIII informam muito pouco sobre as formas de enterramentos, mas baseado nos relatos feitos para a Misericórdia, é possível considerar que o tratamento dado aos cadáveres fosse semelhante.

O Cemitério do Largo do Carmo ficou ativo até meados do século XVIII, e o seu fim teria sido resultado da interferência direta do Marquês de Lavradio, quando este determinou a proibição de enterramentos de escravizados dentro da cidade e a retirada do mercado de venda de cativos das cercanias da Rua Direita e do Largo do Carmo (GASPAR *et al.*, 2017, p. 55). Além disso, a desativação do Largo do Carmo como cemitério está relacionada com as grandes transformações ocorridas neste espaço, onde começaram a se localizar edifícios públicos de maior destaque, compondo uma área que se tornava cada vez mais importante como o centro da cidade.

Notícias de jornais do início do século XX durante as obras de embelezamento da Praça XV, mostram a atuação dos Carmelitas, como por exemplo no jornal *A Notícia*, em 28/10/1902: “Os Carmelitas permitiram que fossem sepultados os cativos em frente à testada de seu convento e igreja, é por isso que ainda há dias foram encontrados ossos humanos junto ao adro da Igreja arqui-catedral”. Da mesma forma, Coaracy (1965) aponta a descoberta de esqueletos na Praça XV de Novembro por ocasião de certas obras realizadas na área do centro da cidade no século XIX.

Eliana Carvalho, responsável pelas primeiras escavações arqueológicas recentes na Praça XV, em 1996, certificou a existência de remanescentes humanos:

Foi encontrado material ósseo relativo a sepultamentos realizados a céu aberto, sobretudo de escravizados africanos em terreno fronteiriço à igreja de Nossa Senhora do Carmo estendendo-se em direção ao mar até o ponto correspondente ao Arco do Teles, com vestígios até 1,50 m de profundidade (CARVALHO, 2001).

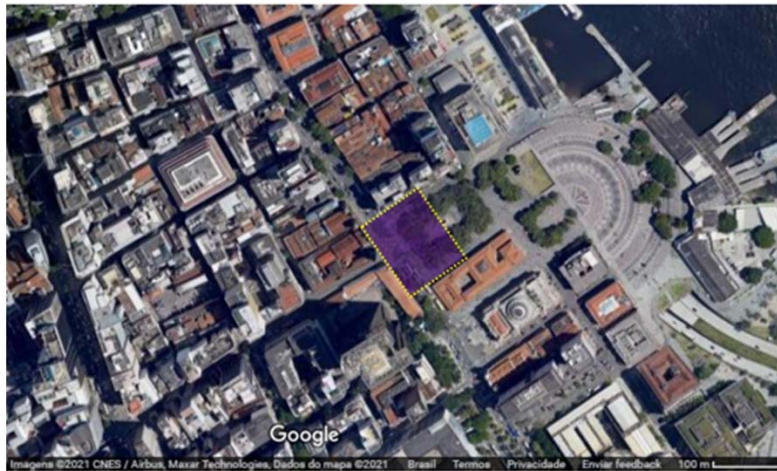
Durante a pesquisa realizada pelo IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira), foi feito o salvamento emergencial dos ossos humanos e produzido um artigo de autoria de Jaeger *et al.* (2013), propondo que os remanescentes pertenciam a africanos escravizados e estavam inseridos em terreno argiloso e solo de areia, em alto estado de desagregação.

De acordo com Gaspar *et al.* (2017), a pesquisa arqueológica de Carvalho (1996) não teve como objetivo estabelecer a extensão do cemitério, deixando a entender que provavelmente o espaço fúnebre tenha se estendido em direção ao mar na medida que este foi recuando.

Diante da identificação de vários sepultamentos, Gaspar *et al.* (2017) elaboraram uma poligonal de delimitação do sítio, tendo como base a medida de concessão das terras dos Carmelitas conforme indica uma carta de aforamento enviada à Irmandade. Esta apresentava as dimensões da área: “quarenta e quatro braças de chãos de testada, e sete para a banda do mar, defronte da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo” e a presença de material arqueológico em contexto, ficando a área do sítio com 90 × 60 m, ou seja, 540 m² (Figura 2).

Figura 2. Poligonal de delimitação de sítio Cemitério do Largo do Carmo no interior do quadrado pontilhado.

Fonte: Gaspar *et al.* (2017).



O espaço da atual Praça XV de Novembro foi denominado de *Sítio Cemitério Largo do Carmo* e recebeu vários sepultamentos múltiplos, contendo ossos articulados e desarticulados de indivíduos no mesmo espaço circunscrito, formando uma espécie de cova coletiva. A disposição desordenada dos cadáveres desarranjou os sepultamentos mais antigos, indicando a manipulação pouco cuidadosa dos corpos e do espaço.

Um estudo preliminar identificou, em campo, 19 estruturas que apresentaram entre um e no máximo três indivíduos, resultando na expectativa de 26 indivíduos observados e recuperados total ou parcialmente. Também é possível considerar, ainda que hipoteticamente, que o perfil da população sepultada no Cemitério do Largo do Carmo seria semelhante ao encontrado entre os remanescentes recuperados no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

A coordenação das análises bioantropológicas sobre os sepultamentos do Cemitério do Largo do Carmo é de responsabilidade de uma das autoras (Claudia Rodrigues-Carvalho) que, ao realizar a análise preliminar do número mínimo de indivíduos (NMI), tendo como parâmetro a contabilização apenas de mandíbulas, pôde estabelecer um NMI de pelo menos 22 (EMENES, 2018), indicando que a estimativa de 26 indivíduos é factível. A grande quantidade de esqueletos humanos resgatados pela equipe de arqueologia confirma as notícias anteriores de achados de esqueletos veiculadas em jornais e em brevíssimos artigos de historiadores nas primeiras décadas do século XX.

A confrontação entre a documentação histórica e arqueológica pode ser observada na prancha apresentada por Gaspar *et al.* (2017), que mostra três momentos do Largo: o primeiro é referente ao ano de 1750, o segundo, a 1840, destacando a evolução urbana,

e o terceiro revela uma parte da escavação onde há a presença de remanescentes ósseos dos desvalidos (Figura 3).

Figura 3. Comparação de três momentos históricos do Largo do Carmo/Praça XV de novembro, 1- Largo do Carmo (1750); 2- Terreiro do Paço (1840); 3- Janela arqueológica aberta na Praça XV (2016).

Escavação arqueológica com a presença de remanescentes ósseos.

Fontes: Prancha da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, 1750 (1), 1840 (2). Obra de Carlos Gustavo Nunes Pereira (Guta). 3- Gaspar *et al.* (2017).



LARGO DE SÃO DOMINGOS

O Largo de São Domingos foi desmembrado da grande área em que havia o Campo da Cidade, nos primórdios da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Gonçalves (2004, p. 197), esta era uma área alagadiça e baixa, repleta de mangues: “no campo de São Domingos, que se mostrou sempre a região menos baixa do campo da cidade, com porções arenosas sólidas e em cujo centro se erguia a capela de São Domingos, que deu o nome a esse lugar”.

Segundo Coaracy (1965), o antigo cemitério presente no Campo da Cidade foi incorporado pela Irmandade de São Domingos no século XVIII e recebeu a denominação *Cemitério dos Mulatos*. Tratando-se das condições do cemitério, Gonçalves ressalta que:

Em 1787, grande parte do cemitério dos Mulatos já estava sem uso, devassado e profanado, por ordem do juiz ordinário, em benefício da saúde do povo. Somente em 1820, foi de todo interditado, propondo-se a Irmandade de São Domingos a fundar um outro para os confrades de São Domingos, em São Diogo, no campo dos Urubus, onde eram enterrados os animais. O governo recusou a proposta da Ordem, cujos irmãos passaram a ser enterrados nos cemitérios comuns. O cemitério de São Domingos ou dos Mulatos, ocupava todo o espaço entre as ruas General Câmara, São Pedro e Conceição (GONÇALVES, 2004, p. 218).

Santos denominou o lugar de *Cemitérios dos Mulatos*:

Em 1791, a confraria construiu a capela de S. Domingos de Gusmão, onde ficava-lhe contíguo o cemitério dos mulatos. Daí em diante o pequeno espaço entre as ruas do Sabão e São Pedro e tomou a crisma de Largo de S. Domingos (SANTOS, 2013, p. 158) (Mapa 4).

Mapa 4. Mapa mostrando a localização do Largo de São Domingos, com a capela e perímetro entre as ruas do Sabão e São Pedro.

Fonte: *Plano da cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791 ao Ilmo. Senhor Concelheiro Luis Beltrão de Gouveia de Almeida chanceller da rellação desta cidade.* Betancourt, Francisco Antonio da Silva (1791-1803). Biblioteca Nacional.



Fazenda (1921, p. 431) escreve que havia um cemitério voltado aos membros da Irmandade de São Domingos: “Em parte desses terrenos esteve o antigo Cemitério da Cidade, e dele se aproveitou pouco a pouco a gente de São Domingos para fazer, em frente da igreja, campo santo para enterrar seus irmãos”.

Os relatos apontam a utilização do terreno como cemitério em dois momentos distintos: o primeiro foi no início da colonização portuguesa, quando o local era identificado como cemitério da cidade e sua localização ficava no mais amplo e antigo Campo da Cidade – ou Campo de São Domingos. O segundo momento aconteceu depois do desmembramento do Campo, tornado Largo de São Domingos, que abrigou a Capela e a Irmandade de São Domingos, reativando o antigo cemitério que, no século XVIII, ganhou a alcunha de Cemitério dos Mulatos.

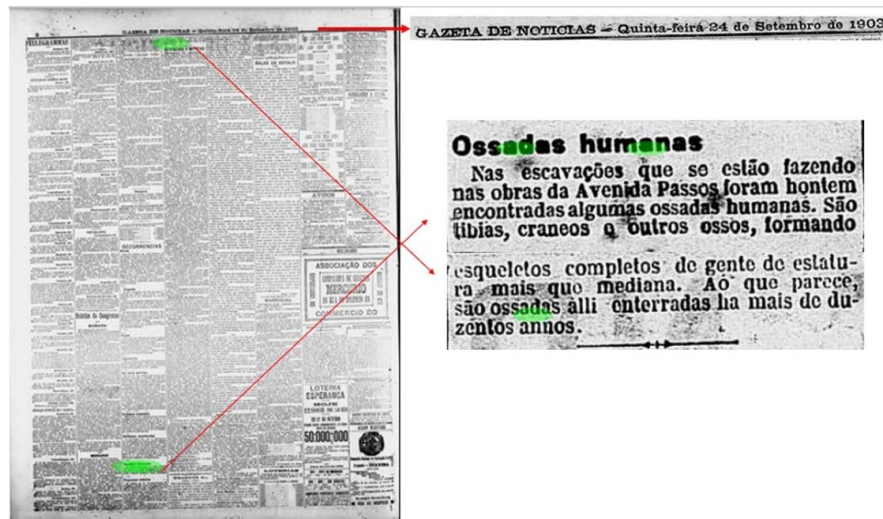
Tal cemitério foi destinado aos membros associados à Irmandade de São Domingos e estava localizado em espaço público, em um largo, sendo, portanto, apropriado para esta pesquisa, pois se encaixa na categoria dos desvalidos.

Após desativado o cemitério, por volta de 1820, devido às políticas higienistas, o Largo e a Igreja de São Domingos continuaram a existir até 1942. Com o advento da urbanização da cidade do Rio, a Igreja e o Largo foram suprimidos pela abertura das Avenidas Passos e Presidente Vargas.

Segundo Fazenda, em 1808:

No Largo de São Domingos, só existia a pequena praça que chegou até nossos dias e foi demolida para construção da bela avenida Passos [...] tinha o largo apenas seis prédios em toda a quadra, e em frente existia o cemitério, mandado inutilizar em 1820 (FAZENDA, 1921, p. 428).

As pesquisas realizadas em reportagens da *Gazeta de Notícias* (RJ) (1903) atestam o relato de Fazenda (1921) (Figura 4).

Figura 4. Relato de ossadas humanas encontradas em obras da Avenida Passos.Fonte: *Gazeta de Notícias* (RJ), n. 267 (1), 1903.

LARGO DE SANTA RITA

O Largo de Santa Rita está vinculado à Igreja em homenagem à santa. Em 1722, foi estabelecido pelo governador Aires Saldanha a constituição de um cemitério exclusivamente de escravizados no Rio de Janeiro, localizado no antigo Sítio de Valverde, nos terrenos onde ficavam o antigo fosso/vala e a cerca dos beneditinos (FAZENDA, 1921).

Santos (2013, p. 54) revela que “diante da igreja há uma pequena praça quadrada, em cujo meio está um cruzeiro de pedra, porque em outro tempo serviu de cemitério para os escravos”. Além disso, ressalta que, em 1765, “sendo já deficiente o terreno destinado a sepultamentos, alguns senhores de escravos mandaram abrir covas na rua de 1758 a 1768 e nelas lançaram os cadáveres” (SANTOS, 2013, p. 222).

Para Coaracy (1965, p. 296), os cemitérios das Irmandades dos Franciscanos e da Misericórdia estavam ficando pequenos para a grande quantidade de cativos e desvalidos que morriam devido às doenças e pela maneira com que seus corpos eram tratados pelos senhores, sendo despejados de qualquer forma nos largos em frente às igrejas ou nas praias. Tal situação motivou a criação de um lugar exclusivo para sepultar os africanos escravizados, dando início ao Cemitério de Santa Rita.

Parece pertinente considerar que o cemitério tenha sido criado com a justificativa do aumento demográfico do Rio de Janeiro, cuja população urbana dobrou para 25.000 pessoas apenas durante a primeira metade do século XVIII. Além disso, no mesmo período, o porto carioca recebeu mais de 6.000 escravizados por ano, destinados às regiões meridionais da Colônia (FRAGOSO *et al.*, 2007, p. 38).

Em 1769, o Cemitério do Largo de Santa Rita foi desativado por ordem do Marquês de Lavradio, que deslocou o comércio e enterramentos dos escravizados para a Gamboa. De acordo com Nara Júnior (2015, p. 63), as transformações urbanas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos, em 1904, quase destruíram a igreja, mas graças à intervenção de engenheiro Paulo de Frontin, a matriz e seu Largo permaneceram (FAZENDA, 1921, p. 137). Diante dela se abriu a Avenida Marechal Floriano, e quanto aos desvalidos sepultados em Santa Rita e no Valongo, Fazenda relata: “têm sido despertados do eterno sono, acidentalmente, pelas alavancas, picaretas e alviões dos trabalhadores da City Improvements, da Companhia do Gás, das Obras Públicas e ultimamente da Telefônica” (FAZENDA, 1921, p. 435).

Tratando-se das pesquisas arqueológicas, seguindo a Instrução Normativa 01/2015 do IPHAN, o trabalho buscou dialogar com as comunidades impactadas pelo empreendimento. Para isso foi proposta uma Mesa de Diálogos com Grupos de Trabalho (GT), resultando em vinte e uma reuniões em que foram discutidas as demandas dos Movimentos Negros do Estado do Rio de Janeiro. As Mesas de Diálogo foram encontros semanais, realizados no IPHAN, em um espaço aberto às discussões, onde a Comissão Pequena África ficou responsável por trazer ao GT as demandas dos Movimentos referentes à implantação do VLT na Avenida Marechal Floriano. Os principais temas levantados estiveram voltados para as escavações arqueológicas no Largo de Santa Rita, para os nomes dados às estações do VLT e para a relevância de se tratar a herança africana na história e na arqueologia da cidade a partir desta região (GASPAR *et al.*, 2020, p. 196).

Nos encontros do GT e, principalmente, entre a equipe de arqueologia, a metodologia de pesquisa em frente à Igreja de Santa Rita, no Largo e em seu entorno foi exaustivamente debatida, uma vez que a proposta inicial para delimitação do cemitério envolvia escavações amplas. Contudo, a Comissão Pequena África expôs sua posição contrária à escavação, para evitar que os sepultamentos de seus ancestrais fossem afetados.

O processo de caracterização arqueológica do cemitério não foi tarefa fácil, especialmente devido às intensas modificações decorrentes de décadas de interferências relacionadas às obras públicas. Diante disso, a pesquisa se apoiou fortemente na análise estratigráfica sistemática, que permitiu identificar e estabelecer uma tipologia de camadas indicativas do cemitério; na presença/ausência de interferências recentes, que revelaram informações importantes acerca da integridade do contexto; assim como na frequência de fragmentos de ossos humanos dispersos, decorrentes de obras de infraestrutura (GASPAR *et al.*, 2020, p. 197).

As sondagens arqueológicas realizadas em Santa Rita totalizaram 39, sendo que oito forneceram resultados positivos para a presença de camada arqueológica característica do cemitério. Dentre as oito, cinco estavam localizadas em frente à Igreja e três localizadas no Largo de Santa Rita, delimitando uma área de alta relevância para a presença de sepultamentos humanos (GASPAR *et al.*, 2020, p. 197).

A partir dos resultados das sondagens, foi possível realizar a delimitação do cemitério, conforme aparece na planta com o destaque do polígono em amarelo e as sondagens positivas para camada arqueológica característica do cemitério, destacadas em verde (Figura 5).

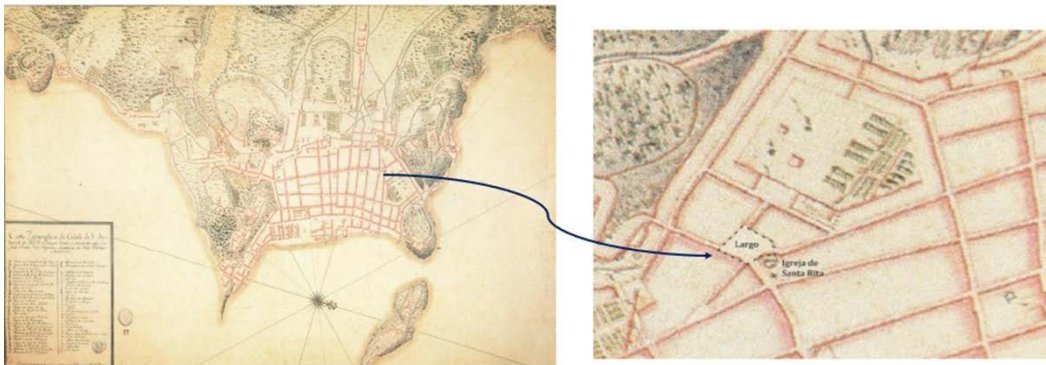
Figura 5. Planta topográfica do sítio de Santa Rita mostrando em amarelo o polígono de delimitação do cemitério que teve a área de 1398,24 m² que abrange as oito sondagens positivas para a camada arqueológica característica do cemitério sinalizadas em retângulos verdes (Modificado de Planta Topográfica do sítio Santa Rita).

Fonte: Gaspar *et al.* (2020).



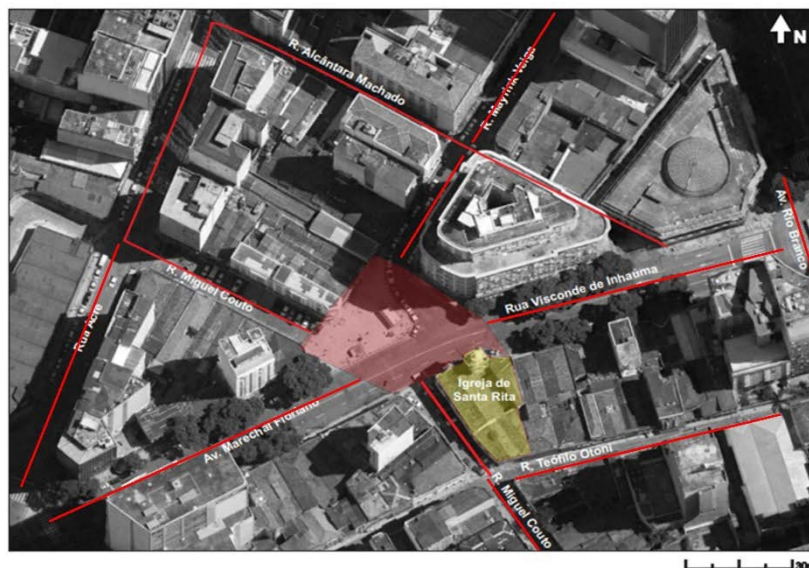
De acordo com Andrade *et al.* (2019), o resultado das investigações arqueológicas desenvolvidas através das sondagens no Largo de Santa Rita, bem como nas áreas adjacentes, revelou que o cemitério estava circunscrito ao Largo, não extrapolando seus limites. Tal informação é condizente com mapa de 1750, produzido por André Vaz Figueira no período em que este local ainda estava em uso para enterramentos e que mostra os contornos de outras propriedades (Mapa 5).

Mapa 5. Carta Topográfica da Cidade de São Sebastião do Rio Janeiro, elaborada por André Vaz Figueira, em 1750. A linha pontilhada representa o espaço ocupado pelo cemitério, em frente à Igreja de Santa Rita. No alto, à esquerda, o Morro da Conceição
 Fonte: Andrade *et al.* (2019, p. 230).



Em comparação com a Planta Topográfica apresentada acima, obtivemos uma imagem da vista aérea do Largo de Santa Rita para melhor visualizar o espaço do cemitério (Figura 6).

Figura 6. Vista aérea da Matriz de Santa Rita com o Largo localizado em frente. As linhas vermelhas indicam as ruas onde foram feitas as sondagens de investigação do cemitério e que apontaram resultado negativo para a estratigrafia característica do espaço fúnebre.
 Fonte: Bianchini *et al.* (2019).



Outra reivindicação da Comissão Pequena África foi a construção de um marcador patrimonial para sinalizar a existência do cemitério na região. No ano de 2021, tal ação começou a entrar em vigor com as obras de reposicionamento das pedras portuguesas, formando o desenho de uma rosa negra, em referência ao elemento utilizado por mulheres que apoiavam o movimento abolicionista (DOMINGUES, 2007). Parte das atividades de instalação da rosa negra no Largo de Santa Rita foi registrada por Diogo Borges em 2021 (Figura 7).

Figura 7. Fotos da Largo de Santa Rita: 1- Largo de Santa Rita com a Igreja a frente e a área da implantação da Rosa Negra delimitada e atividade em andamento; 2- Vista aérea da Rosa Negra no Largo.

Fonte: Fotografias feitas pelo arqueólogo Diogo Borges em 2021.



CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS

O Marquês de Lavradio determinou a remoção do mercado de escravizados e o cemitério para o Valongo, cuja localização se estendia da Prainha até a Gamboa, onde os recém-chegados seriam colocados em quarentena para curar as doenças, e onde os mortos⁴ seriam enterrados.

De acordo com Tavares (2018, p. 143), o relato do cronista e viajante Freireyss é o único que descreveu bem a prática de inumação no antigo cemitério de escravizados do Valongo:

Alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro. No meio deste espaço havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saiam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados. Nus, estavam apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos pés (FREIREYSS, 1982, p. 134).

Para Tavares (2018, p. 143), as práticas de enterramento nesse espaço podem ser descritas como coletivas, de formas variadas e em covas rasas. A única grande diferença era que no Cemitério da Santa Casa se utilizava o soquete de madeira, e no

⁴ Relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo ao seu sucessor, Luiz de Vasconcelos e Souza. RIHGB, Rio de Janeiro: 1842-43, t. 4, p. 451-453.

Cemitério dos Pretos Novos se utilizava o fogo para acelerar o processo de destruição dos corpos⁵.

O Cemitério dos Pretos Novos foi o local para o enterramento de africanos que faleciam nos lazaretos e mercados de venda de escravizados no antigo bairro do Valongo, espaço onde hoje estão os bairros da Saúde e da Gamboa, na zona portuária da Cidade do Rio de Janeiro. O cemitério ficou ativo entre 1769 e 1830 (COARACY, 1965).

Segundo Tavares (2018, p.28), desde as pesquisas de 1996, que contaram com o apoio do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), foi possível realizar o salvamento e coleta dos ossos humanos considerados descontextualizados, descobertos pelos trabalhadores da construção civil durante a obra realizada no interior da residência situada na Rua Pedro Ernesto, 36, Gamboa – Rio de Janeiro.

Em 2001, o IAB, com apoio do Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), realizou uma exposição contendo fotografias e informações mais detalhadas sobre os remanescentes humanos e materiais encontrados e publicou o catálogo intitulado *Africanos Novos na Gamboa: um Portal Arqueológico* (VARGAS *et al.*, 2001). Pesquisas sobre os aspectos bioarqueológicos foram feitas por Lilia Cheuiche Machado e publicadas em 2006. Os ossos provenientes do Cemitério dos Pretos Novos foram salvaguardados no IAB por determinação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 2010 as pesquisas no Cemitério dos Pretos Novos foram reiniciadas (com o apoio do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional (PPGARq)/UFRJ) a partir da análise de Tavares (2012), voltada para a localização e delimitação do espaço do cemitério.

A delimitação do Cemitério dos Pretos Novos foi pautada também pela análise das plantas cartográficas da cidade do Rio de Janeiro e nos relatos dos cronistas e viajantes, que sugerem que a necrópole ocupava todo o bairro da Gamboa, abrangendo, inclusive, o Cais do Valongo. De acordo com Tavares (2012), antes das escavações arqueológicas havia uma dificuldade em distinguir os ossos humanos dos ossos de animais – como bovídeos –, o que levava a uma constante interpretação errônea do tamanho do cemitério (informação verbal)⁶.

O resultado da pesquisa de Tavares (2012) revelou que o cemitério estava confinado à “área limitada pelas ruas Pedro Ernesto, rua Leôncio de Albuquerque e rua do Propósito, sendo excluída a possibilidade de sua extensão abaixo do número 34 da rua Pedro Ernesto e do número 23 da rua do Propósito, tornando-o menor que o esperado”. Provavelmente muitas pessoas foram sepultadas nessa área, mas a técnica de queimar restringiu o espaço ocupado por cadáveres.

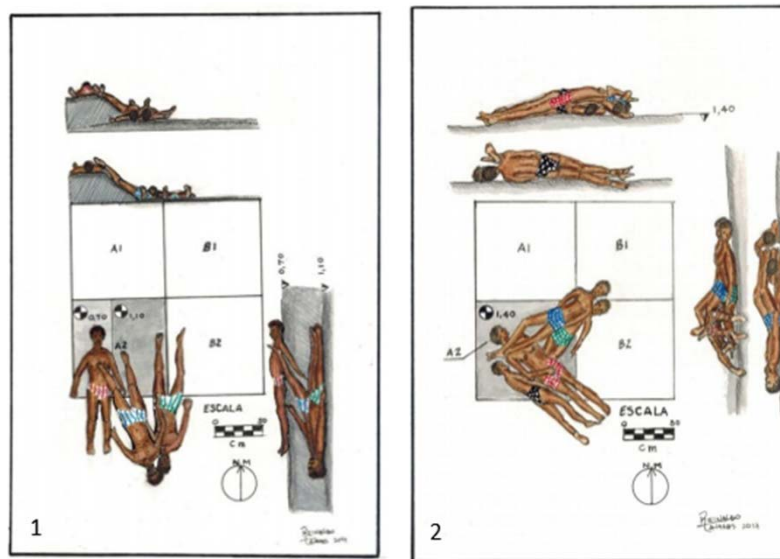
As contínuas pesquisas de Tavares (2018) revelaram o modo de sepultamento, tamanho e forma do cemitério em informações sistematizadas em aquarelas produzidas pelo autor, que mostram como os cadáveres eram dispostos uns em cima dos outros, de forma desordenada (Figura 8).

⁵ As duas técnicas parecem ter tido como objetivo diminuir o tamanho dos corpos para caber no cemitério.

⁶ Informação fornecida por Reinaldo Tavares em entrevista por meio de plataforma virtual para Ana Luíza Berredo em 7 de outubro de 2020.

Figura 8. Modelo proposto que ilustra o modo de sepultamento desenvolvido no Cemitério dos Pretos em que os corpos eram depositados, uns acima dos outros, de forma desordenada.

Fonte: Lessa *et al.* (2018).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico realizado sobre a documentação histórica revelou a existência de sete espaços que tiveram em seus terrenos restos mortais dos desvalidos: Cemitério da Misericórdia, Largo do Capim, Largo da Carioca, Largo do Carmo, Largo de São Domingos, Largo de Santa Rita e Cemitério dos Pretos Novos. Muitos desses cemitérios foram negligenciados pelos documentos oficiais e superficialmente revelados pelos relatos dos cronistas, viajantes e livros historiográficos – que apresentam uma narrativa vaga e muitas vezes conflitante, porém de grande relevância, mostrando a “ponta do *iceberg*”. Nesse sentido, a contribuição arqueológica se faz aprofundando o assunto, escavando, mergulhando e confrontando os registros escritos, mostrando todo o potencial informativo que os contextos funerários revelam para o entendimento das sociedades: com o estudo das doenças, mostrando aspectos étnicos e culturais que podem ser acessados através da materialidade – ou até mesmo na ausência dela –, além de revelar a configuração, extensão e dimensão dos cemitérios.

As intervenções arqueológicas empreendidas nesses espaços confirmaram a existência de quatro Cemitério dos desvalidos: Cemitério da Misericórdia, Largo do Carmo, Largo de Santa Rita e Pretos Novos. Antes das intervenções arqueológicas, os locais de depósito dos cadáveres dos desvalidos estavam relacionados a espaços de grandes dimensões, que poderiam ter ocupado todo o terreno dos largos e praças. Porém, as pesquisas que se voltaram às suas materialidades apontaram que se tratavam, na realidade, de locais concisos e de dimensões restritas, indicando que os cadáveres eram depositados de modo desordenado, tendo como objetivo acomodar um grande número deles em um espaço restrito. Os cemitérios dos desvalidos foram apagados da cidade, sepultados abaixo do asfalto de grandes vias públicas, e a arqueologia vem revelar como era tratado esse segmento invisibilizado pela sociedade no Rio de Janeiro Antigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Cilcair; VITALINO, Claudia; CRESPO, Jeane; BIANCHINI, Gina; GASPAR, Madu. Patrimônio, conservação e comunicação. educação patrimonial nas ruas do Rio: respeito, apropriação e legitimação: o caso do Cemitério do Largo de Santa Rita. In: SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MAST, 5., 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 214-236.
- ANDRADE LIMA, Tania *et al.* Monitorando transformações: arqueologia do Morro do Castelo, Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 1, p. 28-54, 2020.
- BEAUDRY, Mary. *Documentary Archaeology in the New World: New Directions in Archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1988.
- CARVALHO, E. T. Ficha de Registro do Sítio Arqueológico Praça XV. MINC/IPHAN, 1996.
- CARVALHO, Eliana; VARGAS, C.; MACHADO, Lilia; CAMPOS, G. O Cemitério dos Pretos Novos: uma abordagem interdisciplinar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: A ARQUEOLOGIA NO NOVO MILÊNIO, 2001, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: SAB, 2001.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. (Rio 4 Séculos, 3).
- COSTA, Walmira. *Compromissos de irmandades mineiras: técnicas, materiais e artífices (1708-1815)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- DEAGAN, Kathleen A. Neither History nor Prehistory: The Questions That Count in Historical Archaeology. *Historical Archaeology*, v. 22, n. 1, p. 7-12, 1988.
- DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 28, p. 345-374, 2007.
- EMENES, Juliana; BASTOS, Murilo; CARVALHO, Claudia. Determinação do número mínimo de indivíduos de remanescentes humanos escavados da Praça XV. In: *Relatório de iniciação biotecnológica IV*. 9º Semana de Integração Acadêmica. Rio de Janeiro: UFRJ 2018.
- FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 142/143, 1921.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade*, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013.
- GASPAR, Madu; VENTURINI, Iramar; BAUMMAN, Tereza; ANDRADE, Cilcair. Levantamento histórico do relatório final do Programa de Prospecção e Monitoramento do Patrimônio Histórico e Arqueológico na Área de Implantação do Sistema Veículo Leve sobre Trilhos (VLT): Etapa II. In: Relatório final de pesquisa arqueológica. *Artefato Arqueologia*

- e Patrimônio. Org. GASPAR, Madu; VENTURINI, Iramar. Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio, 2017.
- GASPAR, Madu; VENTURINI, Iramar; BAUMMAN, Tereza; ANDRADE, Cilcair; SABA, Ana. Projeto Integrado de Educação Patrimonial Arqueologia nas Ruas do Rio. In: Relatório final de pesquisa arqueológica. Artefato Arqueologia e Patrimônio. Org. GASPAR, Madu, VENTURINI, Iramar; ANDRADE, Cilcair. *Relatório final*: volume VIII. Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio 2020.
- GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2015.
- GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.
- JAEGER, Lauren Hubert; TAGLIORETTI, Veronica; FUGASSA Martín Horacio; DIAS, Ondemar; NETO, Jandira; INIGUEZ, Alena Mayo. Paleoparasitological Results from XVIII Century Human Remains from Rio de Janeiro, Brazil. *Acta Tropica*, v. 125, n. 3, p. 282-286, 2013.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp, 2008.
- LESSA, Andrea; TAVARES, Reinaldo Bernardes; CARVALHO-RODRIGUES, Claudia. Paisagem, Morte e Controle Social: o Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Revista Paisagens Híbridas*, v. 1, n. 1, p. 132-161, 2018.
- LIMA, Tania Andrade. Construção do Edifício Comercial da Academia Nacional de Medicina. In: *Relatório final de monitoramento arqueológico*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2010. Depositado na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MACHADO, Lilian Cheuiche. Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural – interpretando os ossos e os dentes humanos. In: DIAS, O.; Carvalho, E.; Zimmermann, M. (org.). *Estudos contemporâneos de arqueologia*. Palmas: Unitins, 2006. p. 11-58.
- MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886.
- MORTARI, Claudia. *Os homens pretos do Desterro: um estudo sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- NARA JÚNIOR, João Carlos. Arqueologia da persuasão: estudo arqueológico da primeira igreja rococó da América. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Rio de Janeiro, 220 p. 2015.
- NARA JÚNIOR, João. *O cemitério de Pretos Novos de Santa Rita: história social e arqueologia da transição no complexo escravagista do Rio de Janeiro setecentista*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações funebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Editoração C/DGDI, 1997. (Publicação Científica).

SANTOS, Luiz. *Memórias para servir à história do reino do Brasil :divididas em três épocas da felicidade, honra e glória: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. *O Valongo através de um outro olhar: arqueologia da paisagem do complexo escravista do Rio de Janeiro no século XIX*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VARGAS, C.; CARVALHO, E.; MACHADO, L.; CAMPOS G. *Africanos novos na Gamboa: um portal arqueológico*. Catálogo de Exposição. Secretaria das Culturas – Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil: 1828-1829*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

Mapas

BETANCOURT, Francisco Antonio da Silva. *Plano da cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791 oferecido ao Ilmo. Senhor Concelheiro Luis Beltrão de Gouveia de Almeida chanceler da rellação desta cidade*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1803. 1 mapa, 63 x 99,3 cm em f. 65,6 x 102 cm. Escala [ca. 1:6.000]. Biblioteca Nacional Digital, Acervo Digital.

PLAN de la ville de S. Sebastião de Rio de Janeiro. Paris (FR): [s. n.], 1820. 1 mapa, 21,5 x 29,5 cm em f. 26 x 35 cm. Biblioteca Nacional Digital, Acervo Digital.

VAZ FIGUEIRA, A. *Carta Topográfica da Cidade de São Sebastião do Rio Janeiro*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1750. 1 Mapa.

Periódicos históricos

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO PARA 1891. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, anno 48, 1891.

A NOTÍCIA. Rio de Janeiro, anno IV, ed. 00243, n. 233, 1897. Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, anno XXX, ed. 00267, n. 237, p. 2, 1903. Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital.